

3.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 6.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerem ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

3.4. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. Os direitos e as obrigações são classificados em:

(a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não circulante

São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.5. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo CFC é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos não circulantes, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Nota 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	3	28
Aplicações financeiras	434	389
Total	437	417

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 85% e 87% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Companhia como caixa e equivalentes de caixa por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Nota 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	3	2
IRPJ a recuperar	47	35
Total	50	37
Circulante	3	2
Não Circulante	47	35
Total	50	37

Nota 06 - IMOBILIZADO

	Moveis e utensílios	Maquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Total
Taxa Anual de depreciação	10%	10%	20%	
Custo Corrigido				
Saldo em 31/12/2014	8	7	27	42
Adições	6	4	-	10
Saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016	14	11	27	52
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2014	(7)	(1)	(20)	(28)
Adições	(1)	(1)	(5)	(7)
Saldo em 31/12/2015	(8)	(2)	(25)	(35)
Saldo em 31/12/2016	(10)	(3)	(27)	(40)
Imobiliza do líquido				
Saldo em 31/12/2015	6	9	2	17
Saldo em 31/12/2016	4	8	-	12

Nota 07 - SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para férias	16	12
INSS a recolher	12	8
Outros	1	1
Total	29	21

Nota 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social:**

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito é de R\$7.000 (R\$ 7.325 em 2015) e o capital integralizado é de R\$6.748 (R\$ 5.799 em 2015), tendo seu valor assim distribuído:

Acionistas	Valor integralizado	
	31/12/2016	31/12/2015
Estado do Pará	1.625	1.421
Termogás S.A.	5.123	4.378
Total	6.748	5.799

No exercício de 2016, foi integralizado o montante de R\$949 (R\$1.188 em 2015). A Composição acionária em 2016 e 2015 era:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Governo do Estado do Pará	1.785.000	-	1.785.000	25,50%
Termogás S.A.	1.715.000	3.500.000	5.215.000	74,50%
Total	3.500.000	3.500.000	7.000.000	100,00%

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social.
 - Prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado.
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.
 - Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.
 - Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica "Capital social".
 - No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica "Reservas de capital".
- O estatuto social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

Nota 09 - DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerida pela NBC TG 26 editada pelo CFC, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras, está apresentado, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2016	2015
Serviços profissionais	(92)	(85)
Remuneração de administradores	(176)	(175)
INSS	(82)	(76)
Associação de classe	(257)	(287)
Passagens aéreas e hospedagens	(63)	(42)
Telefone e energia elétrica	(18)	(15)
Publicações	(13)	(11)
Aluguel e condomínio	(34)	(32)
Depreciação	(5)	(7)
Outros	(227)	(207)
Total	(966)	(937)
Classificado como:		
Despesas gerais e administrativas	(790)	(762)
Remuneração de administradores	(176)	(175)
Total	(966)	(937)

Nota 10 - RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	48	25
Despesas financeiras		
Juros passivos	(2)	(2)
Total do resultado financeiro	46	23

Nota 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos: A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Nota 12 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2017, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

**RELATORIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2016
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ
CNPJ: 08.454.441/0001-75**

Senhores Acionistas:

A Administração da Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ, em obediência às disposições estatutárias e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

1. Histórico Institucional

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Estados a exploração direta ou mediante concessão, dos serviços de gás canalizado. Nesse contexto, a Lei Estadual 6.878 de 29 de junho de 2006, autorizou o Poder Executivo a constituir uma sociedade de economia mista com a denominação de Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ.